



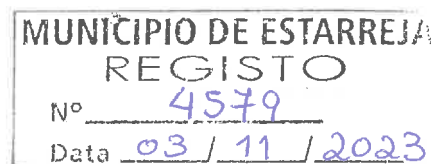
MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Ao
Sr. Presidente
C/C DEF
2/11/2023
m



RELATÓRIO

Informação sobre a situação económica e financeira
do semestre findo em 30 de junho de 2023



Nome: Município de Estarreja

Período: 01/01/2023 a 30/06/2023

Destinatários do Relatório: Assembleia Municipal do Município de Estarreja
Câmara Municipal de Estarreja

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81,º
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
"chamada para rede fixa nacional"
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
"chamada para rede fixa nacional"
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º 16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
"chamada para rede fixa nacional"
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt

24 JUN 2023 11:29



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Exmos. Senhores Presidentes
dos Órgãos Executivo e
Deliberativo do
MUNICÍPIO DE ESTARREJA
Praça de Francisco Barbosa
3864-001 Estarreja

Assunto: Informação sobre a situação económico-financeira para efeitos do Artigo 77.º da Lei
73/2013 de 3 de Setembro

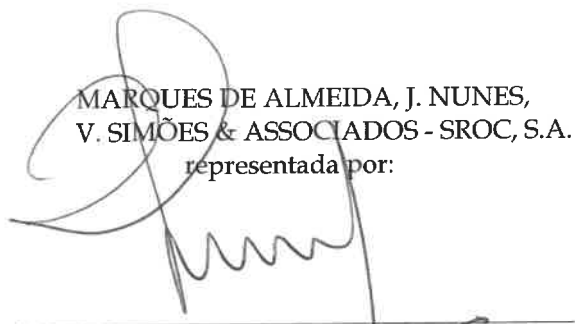
Exmos. Senhores,

A presente informação sobre a situação económica e financeira, com referência ao período findo em 30 de junho de 2023, é emitida nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Guarda, 12 de Outubro de 2023

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
representada por:



Victor Manuel Lopes Simões - ROC 780
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81,º
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
"chamada para rede fixa nacional"
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
"chamada para rede fixa nacional"
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
"chamada para rede fixa nacional"
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



Índice

1. TRABALHO DESENVOLVIDO.....	4
2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA PARA EFEITOS DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	4
I. NOTA INTRODUTÓRIA	4
II. PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	6
III. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	8
IV. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	10
V. ANÁLISE FINANCEIRA	12
VI. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	14
VII. PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	28
VIII. FUNDOS DISPONÍVEIS	28
IX. DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO).....	29



1. TRABALHO DESENVOLVIDO

Os procedimentos de auditoria adotados na análise semestral conducente à emissão da informação sobre a situação económica e financeira consistem essencialmente na execução de procedimentos analíticos, designadamente os seguintes:

- Análise de cumprimento das disposições legais;
- Análise de rácios;
- Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica, financeira e orçamental;
- Preparação da informação de natureza económica e financeira – Balanço e Demonstração dos Resultados
- Análise da execução orçamental.

2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA PARA EFEITOS DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Procedemos à revisão analítica das demonstrações financeiras e orçamentais relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023, bem como à análise das principais operações desenvolvidas, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância ao nível da informação contabilística.



O Município, no exercício da sua atividade, está sujeito ao cumprimento de disposições legais, nomeadamente:

Regime Contabilístico

Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que com as sucessivas prorrogações do prazo entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2020 para o subsector da administração local.

Regime Jurídico

Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: estabelece o regime jurídico das autarquias locais, e das entidades intermunicipais; estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Finanças Locais

Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro: estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

Lei n.º 151/2015, de 11 de Setembro: lei de enquadramento orçamental (LEO), que consagra os princípios a que está sujeita a atividade financeira das autarquias locais;

Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro: aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA);

Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto: aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM);



Contratação Pública

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua versão atual: aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

Salientamos que o âmbito do trabalho teve como objetivo dar cumprimento ao estipulado na alínea d) do n.º 2 do art.º n.º 77 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, sendo que as análises efetuadas consistiram essencialmente em indagações, análise documental e em procedimentos analíticos, o que proporciona menos segurança do que o trabalho realizado no âmbito de uma revisão/ auditoria.

II. PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, o Município não está obrigado à apresentação de demonstrações financeiras intercalares reportadas a 30/06/2022, pelo que no ponto seguinte preparámos uma síntese indicativa das rubricas das Demonstrações Financeiras reportadas aos semestres de 2023 e 2022, a partir do balancete analítico, sendo que tal síntese não têm refletido alguns procedimentos de fecho de contas, designadamente:

- i. Os relativos ao princípio da especialização dos exercícios / acréscimo;
- ii. Regularizações de acréscimos de gastos;
- iii. Atualização de provisões.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

No entanto e para efeitos comparativos considerámos nos períodos intercalares os valores indicativos de:

- i. Consideração em gastos com pessoal dos encargos com férias e subsídio de férias;
- ii. Especialização de alguns rendimentos (impostos diretos) em contrapartida das contas de acréscimos de rendimentos.

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81,º
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
“chamada para rede fixa nacional”
Email: vsroc@mail.telepac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
“chamada para rede fixa nacional”
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º 16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
“chamada para rede fixa nacional”
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



III. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.23/Jun.22)		Variação (Jun.23/Dez.22)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	Valor	%	Valor	%
ATIVO							
ATIVO NÃO CORRENTE							
Ativos fixos tangíveis	99.030.387	98.469.831	87.234.450	11.795.938	13,52%	560.556	0,57%
Propriedades de investimento	392.987	392.987	392.987	0	n.a	0	n.a
Ativos intangíveis	137.365	131.515	138.074	(709)	-0,51%	5.850	4,45%
Participações Financeiras	1.983.649	1.983.649	1.983.649	0	0,00%	0	0,00%
Diferimentos	9.990	5.300	13.250	(3.259)	n.a	4.690	88,50%
Sub Total	101.554.379	100.983.282	89.762.409	11.791.970	13,14%	571.097	0,57%
ATIVO CORRENTE							
Inventários	3.488.544	3.500.341	3.848.104	(359.560)	-9,34%	(11.798)	-0,34%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	34.084	33.566	33.179	905	2,73%	517	1,54%
Clientes, contribuintes e utentes	163.627	536.561	192.669	(29.042)	-15,07%	(372.933)	-69,50%
Estado e outros entes públicos	29.252	32.018	55.733	(26.481)	-47,51%	(2.766)	-8,64%
Outras contas a receber	6.924.695	6.596.163	5.447.399	1.477.296	27,12%	328.532	4,98%
Diferimentos	114.570	75.470	79.764	34.807	43,64%	39.100	51,81%
Caixa e depósitos	11.014.584	10.261.977	9.771.379	1.243.205	12,72%	752.607	7,33%
Sub Total	21.769.356	21.036.097	19.428.226	2.341.130	12,05%	733.260	3,49%
TOTAL DO ATIVO	123.323.735	122.019.379	109.190.635	14.133.100	12,94%	1.304.356	1,07%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.23/Jun.22)		Variação (Jun.23/Dez.22)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	Valor	%	Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património/Capital	40.413.032	40.396.871	40.396.871	16.161	0,04%	16.161	0,04%
Reservas	1.406.998	1.279.786	1.279.786	127.212	9,94%	127.212	9,94%
Resultados transitados	33.177.919	30.754.338	29.422.868	3.755.051	12,76%	2.423.582	7,88%
Outras variações no património líquido	22.511.351	22.536.812	23.134.283	(622.932)	-2,69%	(25.461)	-0,11%
Resultado líquido do período	919.423	2.544.233	1.522.854	(603.431)	n.a	(1.624.811)	n.a
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	98.428.723	97.512.040	95.756.662	2.672.061	2,79%	916.683	0,94%
PASSIVO							
PASSIVO NÃO CORRENTE							
Provisões	92.540	92.540	92.540	0	0,00%	0	0,00%
Financiamentos obtidos	1.743.364	1.935.685	2.235.089	(491.725)	-22,00%	(192.321)	-9,94%
Diferimentos	15.051.502	15.051.502	5.336.331	9.715.171	n.a	0	0,00%
Outras contas a pagar	907.938	788.146	671.230	236.708	35,26%	119.792	15,20%
Sub Total	17.795.344	17.867.873	8.335.189	9.460.155	113,50%	(72.529)	-0,41%
PASSIVO CORRENTE							
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis conc.	63.207	188	26.878	36.329	135,16%	63.020	33610,53%
Fornecedores	672.546	838.356	680.415	(7.869)	-1,16%	(165.810)	-19,78%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	901.600	901.600	901.600	0	0,00%	0	0,00%
Estado e outros entes públicos	393.659	183.375	254.910	138.749	54,43%	210.284	114,67%
Financiamentos obtidos	610.304	610.304	621.632	(11.327)	-1,82%	0	0,00%
Fornecedores de investimentos	174.458	32.623	289.256	(114.798)	-39,69%	141.835	n.a
Outras contas a pagar	1.215.043	1.523.636	865.591	349.452	40,37%	(308.593)	-20,25%
Diferimentos	3.068.850	2.549.383	1.458.503	1.610.347	110,41%	519.467	20,38%
Sub Total	7.099.668	6.639.465	5.098.784	2.000.884	39,24%	460.203	6,93%
TOTAL DO PASSIVO	24.895.012	24.507.338	13.433.973	11.461.039	85,31%	387.674	1,58%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	123.323.735	122.019.379	109.190.635	14.133.100	12,94%	1.304.356	1,07%



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.23/Jun.22)		Variação (Jun.23/Dez.22)	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	3.409.494	6.823.011	3.443.150	(33.657)	-0,98%	(3.413.518)	-50,03%
Vendas	981.434	2.010.226	1.245.378	(263.944)	n.a.	(1.028.792)	n.a.
Prestações de serviços e concessões	1.020.130	2.143.839	498.855	521.275	104,49%	(1.123.709)	-52,42%
Transferências e subsídios correntes obtidos	5.268.889	10.855.227	4.227.365	1.041.525	24,64%	(5.586.337)	-51,46%
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas	(178.440)	(373.016)	(192.225)	13.785	-7,17%	194.576	-52,16%
Fornecimentos e serviços externos	(3.056.759)	(6.007.799)	(2.326.994)	(729.766)	31,36%	2.951.040	-49,12%
Gastos com pessoal	(4.171.159)	(7.264.109)	(3.159.166)	(1.011.993)	32,03%	3.092.950	-42,58%
Transferências e subsídios concedidos	(490.245)	(1.466.257)	(332.081)	(158.164)	47,63%	976.012	-66,56%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0,00	(6.677)	0	0	n.a.	6.677	-100,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	(11.700)	0	0	n.a.	11.700	-100,00%
Provisões (aumentos/reduções)	0	(21)	(21)	21	-100,00%	21	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	710.636	1.709.156	653.052	57.585	8,82%	(998.519)	-58,42%
Outros gastos e perdas	(63.875)	(91.561)	(59.286)	(4.590)	7,74%	27.685	-30,24%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3.430.104	7.914.080	3.998.028	(567.924)	-14,21%	(4.483.976)	-56,66%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(2.538.282)	(5.384.537)	(2.496.161)	(42.121)	1,69%	2.846.255	-52,86%
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	891.822	2.529.542	1.501.867	(610.045)	-40,62%	(1.637.721)	-64,74%
Juros e rendimentos similares obtidos	50.841	50.464	33.905	16.936	49,95%	377	0,75%
Juros e gastos similares suportados	(23.240)	(35.773)	(12.918)	(10.321)	79,89%	12.533	-35,04%
Resultado antes de imposto	919.423	2.544.233	1.522.854	(603.431)	-39,63%	(1.624.811)	-63,86%
Resultado líquido do período	919.423	2.544.233	1.522.854	(603.431)	-39,63%	(1.624.811)	-63,86%

NOTA: A sistematização da informação económica acima apresentada foi obtida a partir dos balancetes analíticos reportados a 30/06/2023 e 30/06/2022, cujos elementos não constituem as Demonstrações Financeiras Intercalares elaboradas de acordo com o SNC-AP, designadamente quanto à plenitude do princípio da especialização dos exercícios, depreciações efetivas do semestre de 2023 e atualização de provisões.



IV. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ATIVO

O ativo líquido do Município registou uma variação positiva de +1,07% (1.304.356€) relativamente a 31/12/2022, globalmente justificada pelo aumento das rubricas de ativos fixos tangíveis em 560.556€ (+0,57%), caixa e depósitos em 752.607€ (+7,33%) e outras contas a receber em 328.532€ (+4,98%) e pela redução da rubrica de clientes, contribuintes e utentes em 372.933€ (-70%).

Salienta-se que as rubricas de ativos fixos tangíveis e intangíveis representam 80% do total do ativo a Junho de 2023, mantendo uma estrutura idêntica aos períodos de Junho/2022 e Dezembro/2022 onde estas rubricas representaram de forma agregada, respetivamente 80% e 81% do valor do Ativo.

PASSIVO

Em relação ao passivo global, o mesmo aumentou em 387.674€ (+1,58%) face a 31-12-2022, justificado pelo aumento das rubricas de fornecedores de investimentos, Estado e outros entes públicos e diferimentos.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

De acordo com as contas de 30-06-2023 a conta 51 – Património/Capital evidenciava um saldo de 40.413.032€, o que corresponde a cerca de 33% respetivamente do ativo líquido em Junho de 2023.



O resultado líquido de 2022 que se cifrou positivo em 2.544.233€ foi aplicado em reserva legal o montante de 127.212€ e em resultados transitados os remanescentes 2.417.021€.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito ao resultado líquido indicativo do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2023, o mesmo foi de 919.423€.

O EBITDA do semestre atingiu 3.430.104€, verificando-se uma diminuição de 14% face ao semestre anterior.

As rubricas com maior alteração face ao mesmo período de 2022 foram:

- Fornecimentos e serviços externos com um aumento de 730 mil euros
- Transferências e subsídios correntes obtidos com um aumento de cerca de 1.042 mil euros;
- Gastos com o pessoal com um aumento de 1.012 mil euros;
- Transferências e subsídios concedidos com um aumento de 158 mil euros;
- Prestações de serviços e concessões com um aumento de 521 mil euros.

A componente de capital do FEF e as transferências relativas ao artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, de 31 de maio, foram reconhecidas na rubrica de outras variações do património líquido.



V. ANÁLISE FINANCEIRA

Passamos a evidenciar alguns indicadores sobre a situação económica e financeira do Município:

RÁCIO / ÍNDICE	FORMULA	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP
		30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	306,62%	316,83%	381,04%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Activo Corrente} - \text{Inventários})}{\text{Passivo Corrente}}$	257,49%	264,11%	305,57%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Caixa e depósitos})}{\text{Passivo Corrente}}$	155,14%	154,56%	191,64%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$	20,19%	20,08%	12,30%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Activo}}$	79,81%	79,92%	87,70%
Grau de Cobertura do Activo Fixo	$\frac{(\text{Património Líquido} + \text{Dívidas a Terceiros de Médio e longo Prazo})}{\text{Activo Fixo Líquido}}$	101,93%	101,66%	112,92%
Peso dos Gastos com Pessoal nos Custos Operacionais	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Custos Operacionais}}$	39,97%	35,26%	36,88%
Dívida total por Habitante	$\frac{\text{Dívida total reportada à DGAL (Lei 73/2013, de 3/09)}}{\text{N.º de habitantes}}$	a) 175€	178 €	193 €
INSERIR DÍVIDA TOTAL REPORTADA À DGAL		4.600.314	4.664.592	5.071.426

a) Valor indicativo baseado no nosso cálculo, dado que o reporte à DGAL não estava disponível.

Da análise efetuada em termos de liquidez geral e de liquidez reduzida verifica-se que estes rácios sofreram uma variação, passando de 381% e 306% em 30/06/2022 para



307% e 257% em 30 de Junho de 2023. Esta variação deve-se essencialmente ao aumento do passivo corrente, pelo aumento da rubrica de diferimentos.

Em termos de liquidez imediata verifica-se que o grau de cobertura do passivo corrente pelas disponibilidades é de 155% a 30 de Junho de 2023.

Quanto ao rácio de endividamento verifica-se que se fixou em Junho de 2023 em cerca de 20%, significando que o total do ativo é financiado nessa percentagem por capitais alheios.

O peso dos gastos com pessoal no total dos custos operacionais tem tendência de crescimento, fixando-se em 40% do total dos custos operacionais em 30 de Junho de 2023, derivado do efeito do processo de transferência de competências.

De acordo com a nossa estimativa da dívida total (não estava disponível o reporte à DGAL) por habitante (n.º de habitantes retirados dos Censos de 2021 - 26.224 habitantes) constata-se que a mesma em 30/06/2023 seria de 175€.



VI. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento semestral o qual corresponde a um rateio de 50% do valor orçamentado para o ano de 2023. Saliente-se no entanto que este método de afetação orçamental para o semestre não tem em consideração a sazonalidade das receitas e despesas, assim como qualquer item não recorrente que apenas ocorra em determinado período de tempo.

Verificámos para o efeito a Demonstração de Desempenho Orçamental, a execução orçamental da receita e da despesa e do Plano Plurianual de Investimento (PPI).

Com referência a 30 de Junho de 2023 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DE DESPESA	VALOR	% Execução	EXECUÇÃO DE RECEITA	VALOR	% Execução
DESPESAS CORRENTES	8.152.506,88	78,65%	RECEITA CORRENTE	9.459.420,03	91,45%
DESPESAS CAPITAL	3.242.570,57	37,76%	RECEITA CAPITAL	11.961.432,90	65,05%
TOTAL	11.395.077	60,13%	TOTAL	21.420.853	113,01%

Em termos globais, a execução orçamental do Município de Estarreja com referência a 30 de Junho de 2023, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (113%) é superior à execução da despesa total (60%).

Para efeitos do n.º 3 do art.º 56 da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, caso o Município apresente em dois anos consecutivos uma taxa de execução de receita inferior a 85% do previsto no orçamento são desencadeados mecanismo de alerta definidos naquele



artigo. Este indicador apenas poderá ser efetivamente avaliado no final de cada exercício.

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, deve ser verificada na fase da elaboração inicial, alterações posteriores e na fase da execução do orçamento. Na fase da elaboração do orçamento, e após as alterações orçamentais do primeiro semestre (em número de 7) verificámos que a referida regra de equilíbrio orçamental foi cumprida nalgumas alterações, tendo-o sido no orçamento inicial, sendo esta regra obtida da seguinte fórmula: [receita corrente bruta cobrada - despesa corrente - amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos]. Quanto à fase de execução final esta regra só pode ser aferida a 31/12/2023 atendendo que se refere a uma regra de avaliação anual.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O Município de Estarreja no primeiro semestre de 2023 arrecadou mais receita, em cerca de 1.042.335€ (+9,5%), do que relativamente ao período homólogo, sem considerar o efeito do saldo da gerência anterior. Conforme se pode constatar no quadro seguinte, tal situação deve-se essencialmente ao aumento das transferências correntes (+20%), ao aumento da venda de bens e serviços correntes (+68%) e ao aumento das transferências de capital (+27%).



CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO			
	30/06/2023	30/06/2022	VARIÇÃO	
			ABSOLUTO	%
Impostos directos	2.157.690	2.248.979	-91.289	-4,06%
Taxas, multas e outras penalidades	490.723	527.695	-36.972	-7,01%
Rendimentos da propriedade	184.339	411.969	-227.631	-55,25%
Transferências correntes	5.697.997	4.745.871	952.126	20,06%
Venda de bens e serviços correntes	915.392	545.282	370.110	67,87%
Outras receitas correntes	13.279	10.130	3.149	31,08%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	9.459.420	8.489.927	969.493	11,42%
Venda de bens de investimento	980.056	1.244.218	-264.162	-21,23%
Transferências de capital	1.556.896	1.228.223	328.673	26,76%
Passivos Financeiros	0	0	0	0,00%
Outras receitas capital	510	1.571	-1.060	-67,50%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	2.537.463	2.474.011	63.452	2,56%
Rep. não abatidas nos pagamentos	14.583	5.193	9.390	180,84%
Saldo da gerência anterior	9.409.387	5.306.166	4.103.221	77,33%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	9.423.970	5.311.359	4.112.611	77,43%
TOTAL DA RECEITA	21.420.853	16.275.297	5.145.556	31,62%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2023, a receita executada ficou abaixo do orçamento em cerca de 2.238.534€, considerando que a previsão da receita semestral é meramente indicativa e corresponde a 50% do orçamento aprovado.

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Impostos directos	5.715.600	2.857.800	2.157.690	-700.110	75,50%	37,75%	17,96%
Taxas, multas e outras penalidades	739.300	369.650	490.723	121.073	132,75%	66,38%	4,09%
Rendimentos da propriedade	558.500	279.250	184.339	-94.911	66,01%	33,01%	1,53%
Transferências correntes	12.176.008	6.088.004	5.697.997	-390.007	93,59%	46,80%	47,44%
Venda de bens e serviços correntes	1.453.100	726.550	915.392	188.842	125,99%	63,00%	7,62%
Outras receitas correntes	46.000	23.000	13.279	-9.721	57,74%	28,87%	0,11%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	20.688.508	10.344.254	9.459.420	-884.834	91,45%	45,72%	78,75%
Venda de bens de investimento	842.120	421.060	980.056	558.996	232,76%	116,38%	8,16%
Transferências de capital	6.957.998	3.478.999	1.556.896	-1.922.103	44,75%	22,38%	12,96%
Passivos financeiros	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Outras receitas de capital	1.000	500	510	10	102,07%	51,04%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	7.801.618	3.900.809	2.537.463	-1.363.346	65,05%	32,53%	21,13%
Rep. não abatidas nos pagamentos	9.874	4.937	14.583	9.646	295,38%	147,69%	0,12%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	9.874	4.937	14.583	9.646	295,38%	147,69%	0,12%
TOTAL DA RECEITA	28.500.000	14.250.000	12.011.466	-2.238.534	84,29%	42,15%	100,00%

As receitas com mais peso contempladas na execução do orçamento do primeiro semestre são as receitas de impostos (18%), as transferências correntes (47%) e as transferências de capital (13%).

Podemos também verificar que as receitas de taxas, multas e outras penalidades, venda de bens e serviços correntes, venda de bens de investimento e as outras receitas de capital são superiores aos montantes orçamentados.

A evolução do saldo da gerência anterior foi a seguinte:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO				
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	VARIAÇÃO	
				ABSOLUTO	%
Saldo da gerência anterior	9.409.387	5.306.166	5.306.166	4.103.221	77,33%

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Impostos Diretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Impostos Municipais Sobre Imóveis (IMI)	2.754.000	1.377.000	1.426.486	49.486	103,59%	51,80%	66,11%
Imposto Único de Circulação (IUC)	696.500	348.250	354.300	6.050	101,74%	50,87%	16,42%
Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT)	680.500	340.250	376.903	36.653	110,77%	55,39%	17,47%
Derrama	1.584.600	792.300	0	-792.300	0,00%	0,00%	0,00%
Total	5.715.600	2.857.800	2.157.690	-700.110	75,50%	37,75%	100,00%

No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução semestral ascendeu a 76%, principalmente justificada pela execução da receita relativa a IMI, IUC e IMT, todas superiores a 100%. De referir que a prestação de Maio do IMI representa a maior prestação do ano e que no primeiro semestre não foi arrecadada receita relativamente à Derrama uma vez que a entrega das contas anuais das empresas teve o prazo adiado para 6 de Junho, sendo que a Autoridade Tributária apenas disponibiliza os montantes arrecadados no mês seguinte ao da receita arrecada. O que significa que tal receita se verificará com maior peso no 2º semestre.

Taxas, multas e outras penalidades

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
TAXAS							
Mercados e Feiras	150.000	75.000	68.874	-6.126	91,83%	45,92%	14,04%
Loteamento e Obras	203.200	101.600	59.445	-42.155	58,51%	29,25%	12,11%
Ocupação da via pública	300.000	150.000	319.373	169.373	212,92%	106,46%	65,08%
TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Taxas	60.100	30.050	32.984	2.934	109,76%	54,88%	6,72%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES							
Juros de Mora	5.500	2.750	2.163	-587	78,64%	39,32%	0,44%
Juros Compensatórios	4.000	2.000	2.557	557	127,86%	63,93%	0,52%
Multas e Coimas por Infrações ao Código da Estrada	500	250	2.179	1.929	871,68%	435,84%	0,44%
Coimas e penalidades por contraordenações	13.000	6.500	2.043	-4.458	31,42%	15,71%	0,42%
Multas e Penalidades Diversas	2.500	1.250	1.105	-145	88,40%	44,20%	0,23%
Total	739.300	369.650	490.723	121.073	132,75%	66,38%	100,00%



Ao nível desta classe económica verifica-se uma taxa de execução global de 133%, destacando-se a alta execução da rubrica de ocupação da via pública.

Rendimentos da propriedade

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Juros - Sociedades financeiras	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos e Participações nos Lucros de Sociedade	32.000	16.000	46.160	30.160	288,50%	144,25%	25,04%
Participações nos Lucros de Administrações Públicas	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Rendas	525.500	262.750	138.178	-124.572	52,59%	26,29%	74,96%
Total	558.500	279.250	184.339	-94.911	66,01%	33,01%	100,00%

A execução desta rubrica cifra-se em 66%, destacando-se a execução das receitas de dividendos e participações nos lucros de sociedade e das rendas.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	21.500	10.750	0	-10.750	0,00%	0,00%	0,00%
Administração Central	12.153.508	6.076.754	5.697.997	-378.757	93,77%	46,88%	100,00%
Famílias	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Resto do Mundo	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Total	12.176.008	6.088.004	5.697.997	-390.007	93,59%	46,80%	100,00%

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se quase idêntica ao orçamentado uma vez que apresentam um carácter regular ao longo do ano.

Dentro das receitas da Administração Central destaca-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro que a 30 de Junho representava uma receita de 3.524.484€ e bem assim a receita proveniente da transferência de competências (Lei n.º 50/2018) no montante de 1.294.992€.



Venda de Bens e Serviços Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Vendas de bens	10.600	5.300	15.310	10.010	288,88%	144,44%	1,67%
Serviços	1.401.500	700.750	877.492	176.742	125,22%	62,61%	95,86%
Rendas	41.000	20.500	22.590	2.090	110,19%	55,10%	2,47%
Total	1.453.100	726.550	915.392	188.842	125,99%	63,00%	100,00%

O grau de execução destas receitas situa-se em cerca de 126%, sendo que quanto à rubrica mais expressiva (serviços prestados) a execução cifra-se nos 125%.

Outras receitas correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Outras	46.000	23.000	13.279	-9.721	57,74%	28,87%	1,45%
Total	46.000	23.000	13.279	-9.721	57,74%	28,87%	100,00%

Relativamente a esta classe económica apura-se uma taxa de execução na ordem dos 58%.

Venda de Bens de Investimento

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						PESO %
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		
					SEMESTRAL	ANUAL	
Terrenos	838.620	419.310	979.121	559.811	233,51%	116,75%	0,00%
Habitações	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Outros bens de investimento	3.000	1.500	935	-565	62,32%	31,16%	0,00%
Total	842.120	421.060	980.056	558.996	232,76%	116,38%	0,00%

Relativamente à venda de bens de investimento o grau de execução foi de cerca de 233%, sendo que a rubrica mais expressiva (Terrenos) a sua execução foi de 234%.



Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2023						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Sociedades e quase- sociedades não financeiras	19.800	9.900	0	-9.900	0,00%	0,00%	0,00%
Administração central	6.937.698	3.468.849	1.556.896	-1.911.953	44,88%	22,44%	100,00%
Resto do Mundo	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Total	6.957.998	3.478.999	1.556.896	-1.922.103	44,75%	22,38%	100,00%

Relativamente às transferências de capital o não cumprimento do orçamento está fortemente associado ao não recebimento dos financiamentos acordados com entidades financiadoras relacionados com os investimentos em curso.



CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Município de Estarreja no primeiro semestre de 2023 executou mais despesa em cerca de 4.169.610€ (+58%) do que relativamente ao período homólogo.

Destaca-se o aumento quanto às rubricas de despesas com o pessoal (29%), a aquisição de bens e serviços (65%) e aquisição de bens de capital (140%), conforme se pode constatar no quadro seguinte:

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	EXECUÇÃO			
	30/06/2023	30/06/2022	VARIAÇÃO	
			ABSOLUTO	%
Despesas com o pessoal	4.040.536	3.132.423	908.113	28,99%
Aquisição de bens e serviços	3.599.859	2.176.022	1.423.837	65,43%
Juros e outros encargos	16.421	9.564	6.857	71,69%
Transferências correntes	451.622	364.343	87.280	23,96%
Outras despesas correntes	44.068	40.159	3.910	9,74%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	8.152.507	5.722.511	2.429.996	42,46%
Aquisição de bens de capital	3.056.997	1.274.565	1.782.432	139,85%
Transferências de capital	21.650	33.786	-12.137	-35,92%
Passivos financeiros	163.923	194.606	-30.682	-15,77%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	3.242.571	1.502.957	1.739.614	115,75%
TOTAL DA DESPESA	11.395.077	7.225.468	4.169.610	57,71%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2023, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de 7.556.616€.

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIAÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Despesas com o pessoal	8.837.997	4.418.999	4.040.536	-378.462	91,44%	45,72%	35,46%
Aquisição de bens e serviços	10.242.990	5.121.495	3.599.859	-1.521.636	70,29%	35,14%	31,59%
Juros e outros encargos	120.750	60.375	16.421	-43.954	27,20%	13,60%	0,14%
Transferências correntes	1.410.750	705.375	451.622	-253.753	64,03%	32,01%	3,96%
Outras despesas correntes	118.300	59.150	44.068	-15.082	74,50%	37,25%	0,39%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	20.730.787	10.365.394	8.152.507	-2.212.887	78,65%	39,33%	71,54%
Aquisição de bens de capital	15.437.600	7.718.800	3.056.997	-4.661.803	39,60%	19,80%	26,83%
Transferências de capital	1.124.000	562.000	21.650	-540.350	3,85%	1,93%	0,19%
Passivos financeiros	611.000	305.500	163.923	-141.577	53,66%	26,83%	1,44%
Outras despesas de capital	6.000	3.000	0	-3.000	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	17.178.600	8.586.300	3.242.571	-5.343.729	37,76%	18,88%	28,46%
TOTAL DA DESPESA	37.909.387	18.951.694	11.395.077	-7.556.616	60,13%	30,06%	100,00%

As despesas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as despesas com o pessoal (35%), a aquisição de bens e serviços (32%) e a aquisição de bens de capital (27%).

Verificamos que todas as rubricas apresentam valores executados inferiores aos previstos.

Despesas com o pessoal

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Remunerações certas e permanentes	6.697.247	3.348.624	3.191.812	-156.811	95,32%	47,66%	78,99%
Abonos variáveis ou eventuais	184.500	92.250	74.158	-18.092	80,39%	40,19%	1,84%
Segurança social	1.956.250	978.125	774.566	-203.559	79,19%	39,59%	19,17%
Total	8.837.997	4.418.999	4.040.536	-378.462	91,44%	45,72%	100,00%

Os desvios nestas rubricas face ao orçamento estão relacionados com a sazonalidade de alguns encargos.



Aquisição de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						PESO %
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		
					SEMESTRAL	ANUAL	
Aquisição de bens	2.533.383	1.266.692	882.959	-383.733	69,71%	34,85%	24,53%
Aquisição de serviços	7.709.607	3.854.803	2.716.900	-1.137.904	70,48%	35,24%	75,47%
Total	10.242.990	5.121.495	3.599.859	-1.521.636	70,29%	35,14%	100,00%

No primeiro semestre de 2023 a execução encontra-se abaixo do previsto no orçamento, sendo a execução idêntica em ambas as rubricas.

Juros e Outros Encargos

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Juros da dívida pública	119.000	59.500	16.398	-43.102	27,56%	13,78%	99,86%
Outros juros	1.750	875	23	-852	2,64%	1,32%	0,14%
Total	120.750	60.375	16.421	-43.954	27,20%	13,60%	100,00%

A execução desta rubrica da despesa encontra-se abaixo do orçamentado, apresentando uma execução de 27%.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração central	42.300	21.150	0	-21.150	0,00%	0,00%	0,00%
Administração local	468.200	234.100	172.385	-61.715	73,64%	36,82%	38,17%
Instituições sem fins lucrativos	689.960	344.980	208.733	-136.247	60,51%	30,25%	46,22%
Famílias	210.290	105.145	70.505	-34.640	67,05%	33,53%	15,61%
Total	1.410.750	705.375	451.622	-253.753	64,03%	32,01%	100,00%

A execução desta rubrica da despesa encontra-se abaixo do orçamentado, estando executada em 64% face ao previsto, derivado da baixa execução das rubricas de Administração local e Instituições sem fins lucrativos, realizadas no âmbito de protocolos celebrados.



Aquisição de Bens de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						PESO %
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		
					SEMESTRAL	ANUAL	
Investimentos	12.346.170	6.173.085	2.155.694	-4.017.391	34,92%	17,46%	70,52%
Bens de dominio publico	3.091.430	1.545.715	901.303	-644.412	58,31%	29,15%	29,48%
Total	15.437.600	7.718.800	3.056.997	-4.661.803	39,60%	19,80%	100,00%

A aquisição de bens de capital está aquém dos valores orçamentados, sobretudo devido à baixa execução das participações comunitárias.

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração Central	1.000	500	0	-500	0,00%	0,00%	0,00%
Administração local	560.000	280.000	0	-280.000	0,00%	0,00%	0,00%
Instituições sem fins lucrativos	487.000	243.500	15.660	-227.840	6,43%	3,22%	72,33%
Famílias	76.000	38.000	5.990	-32.010	15,76%	7,88%	27,67%
Total	1.124.000	562.000	21.650	-540.350	3,85%	1,93%	100,00%

As despesas com transferências de capital estão igualmente aquém dos valores orçamentados, apresentando no global uma taxa de execução de 4%.

Passivos Financeiros

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2023						PESO %
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.		
					SEMESTRAL	ANUAL	
Empréstimos a médio longo prazo	611.000	305.500	163.923	-141.577	53,66%	26,83%	100,00%
Total	611.000	305.500	163.923	-141.577	53,66%	26,83%	100,00%

Em termos de despesas com passivos financeiros a execução foi de cerca de 54%, em resultado do cumprimento do serviço de dívida definido quanto a empréstimos bancários de médio e longo prazo e cuja dotação foi considerada no orçamento.



APROVAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

A integração do saldo da gerência do período anterior, no valor de 9.409.387€, foi aprovado pelo Órgão Executivo em 12 de janeiro de 2023 e pela Assembleia Municipal em 28 de Fevereiro de 2023, aquando da 1ª alteração modificativa do Orçamento Municipal para 2023, e foi incorporado na totalidade na rubrica do saldo orçamental – “160101 – na posse do serviço”. A prestação de contas de 2022 foi aprovada na Assembleia Municipal realizada em 28 de Abril de 2023.



RÁCIOS ORÇAMENTAIS

Apresentamos no quadro seguinte os rácios orçamentais analisados:

	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2022	OBSERVAÇÕES
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL	187,98%	148,81%	225,25%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL	44,16%	66,30%	52,16%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
RECEITA CORRENTE / DESPESA CORRENTE	116,03%	138,16%	148,36%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
IMPOSTOS DIRECTOS / RECEITAS CORRENTES	22,81%	32,07%	26,49%	Mede o peso dos impostos directos no total das receitas correntes
RECEITAS CAPITAL / RECEITA TOTAL	11,85%	15,18%	15,20%	Mede o peso das receitas de capital no total de receitas cobradas
RECEITA CAPITAL / DESPESA CAPITAL	78,25%	79,02%	164,61%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITAS CAPITAL	0,00%	0,00%	0,00%	Mede o peso dos passivos financeiros no total das receitas de capital
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	0,00%	0,00%	0,00%	Mede o peso dos passivos financeiros no total de receitas cobradas
DESPESAS CORRENTES / DESPESA TOTAL	71,54%	71,41%	79,20%	Mede o peso das despesas correntes no total de despesas pagas
DESPESAS CAPITAL / DESPESA TOTAL	28,46%	28,59%	20,80%	Mede o peso das despesas de capital no total de despesas pagas
DESPESAS PESSOAL / RECEITAS CORRENTES	49,56%	51,19%	54,74%	Permite evidenciar a relação entre as despesas de pessoal com o total das receitas correntes
DESPESAS PESSOAL / DESPESA TOTAL	35,46%	36,56%	43,35%	Mede o peso das despesas de pessoal no total das despesas pagas
INVESTIMENTOS** / DESPESA TOTAL	26,83%	19,98%	17,64%	Mede o peso das despesas de investimentos no total das despesas pagas

As receitas totais cobrem o valor das despesas totais nos períodos em análise, sendo que em 30/06/2023 o rácio obtido foi de 188% (225% em 30/06/2022). Do total das receitas, cerca de 44% são de natureza corrente e esta foi suficiente para cobrir a despesa corrente (116%).



VII. PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Com a transição do regime contabilístico POCAL para o SNC-AP, ocorreu também a transição do sistema de reporte da informação orçamental, económica e financeira para a DGAL, anteriormente de acordo com o SIIL, e agora como SISAL (Portaria n.º 128/2017 de 05 de Abril).

Esta transição de reporte da informação tem evidenciado dificuldades técnicas de transferência de informação, que não permitiu obter a 30-06-2023 informação designadamente sobre:

- Pagamentos em atraso;
- Prazo médio de pagamentos.

Contudo a título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado a partir da fórmula legal de cálculo, o prazo médio de pagamentos por trimestre era de 15 dias.

	09_2022	12_2022	03_2023	06_2023
Prazo Médio de Pagamentos	12	10	39	15
Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro	15			

VIII. FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.



Verificámos que o Município não está obrigado a calcular e reportar o mapa de fundos disponíveis, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 62º da Lei n.º 24-D/2022 de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2023). No entanto tem efetuado o respetivo cálculo mensal e apresentava fundos positivos de 5.431.419€ a 30/06/2023. O reporte à DGAL não tem sido efetuado devido a problemas técnicos das plataformas SIAL e SISAL, prevendo-se que a curto prazo a situação seja normalizada.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso, a 31/12/2022 face a Setembro 2021, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 62º do OE2023, para o exercício de 2023, pelo que também por este facto não tem que reportar os fundos disponíveis.

IX. DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO)

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada do três últimos exercícios) ou o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, devem recorrer a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos tem o seguinte enquadramento:



Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios		Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

Não obtivemos informação sobre o reporte da dívida total à DGAL, dado que se mantêm as dificuldades na submissão desta informação junto da DGAL. Ainda assim apresentamos o cálculo indicativo da dívida a 30/06/2023 comparativamente a 30/06/2022.

	30/06/2023	30/06/2022
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA (a)	16.857.191,71	15.458.605,81
LÍMITE DE ENDIVIDAMENTO (b) = (a) x 1,5	25.285.787,57	23.187.908,72
DÍVIDA TOTAL (c)	4.600.313,55	5.071.426,45
MARGEM (b) - (c)	20.685.474,02	18.116.482,27
DÍVIDA TOTAL A TERCEIROS (c) / (a)	0,27	0,33
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA		

Cálculo da dívida total sem empréstimos (II)

EMPRÉSTIMOS NÃO EXCECIONADOS (d)	2.353.668,49	2.856.720,49
EMPRÉSTIMOS EXCECIONADOS (f)	0,00	0,00
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRESTIMOS (e) = (c) - (d)	2.246.645,06	2.214.705,96
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRESTIMOS (e)/(a)	0,13	0,14
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA		

A 30-06-2023, a referida dívida total do Município de Estarreja representará indicativamente 0,27 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos



anos, tendo a mesma sido reduzida no primeiro semestre de 2023 no valor de 471.113 euros face a 30-06-2022 (I).

A dívida total do Município excluindo empréstimos é de 0,13 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos, face a 30/06/2023, pelo que ambos os indicadores estão dentro dos limites legais (II).

Estes cálculos não consideram qualquer englobamento da dívida total de entidades participadas, cuja informação só está disponível reportada à data de final do ano e bem assim de rubricas do Passivo excecionadas para efeitos destes cálculos.

O Município não está obrigado ao recurso a nenhuma medida de saneamento / recuperação prevista na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro. Durante o ano de 2023, de acordo com o disposto no artigo 3.º da Lei 29/2023, de 04 de julho, que altera a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro, o valor da dívida total do Município poderá ser aumentado no presente exercício pelo montante correspondente a 40% da margem disponível no início do ano, sem prejuízo da norma de exceção prevista no artigo 80º do Orçamento de Estado de 2023.

O conceito de Dívida Total previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, não corresponde ao conceito de Passivo e de Dívida Exigível.

A massa patrimonial do Passivo, inclui componentes que não são dívida exigível, designadamente a rubrica de Provisões, que integra grau de prudência nas contas através de estimativa de contingências, e também as rubricas associadas a Operações de



Tesouraria, como sejam o IRS e cotizações para a Segurança Social retidas e Diferimentos e Credores por acréscimos de gastos.

Por outro lado, o conceito de Dívida Total do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, que corresponde a Dívida Exigível, ainda assim não inclui os empréstimos excecionados.

Pelo que e em resumo, estas realidades patrimoniais do Município, apresentam os seguintes valores a 30/06/2023:

		30/06/2023
(1)	Total do Passivo:	24.895.012,09 €
(2)	Provisões (-):	92.539,75 €
(3)	Diferimentos (conta 28.2) (-):	18.120.352,22 €
(4)	Credores por acréscimos de gastos (conta 27.2.2.) (-):	1.092.997,89 €
(5)	Operações de Tesouraria (-)	988.808,68 €
(6)	Dívida Exigível (1-2-3-4-5):	4.600.313,55 €
(7)	Empréstimos Excecionados:	- €
(8)	Dívida de Entidades do artº 54 da Lei 73/2013 (Só disponível a 31/12/2023)	- €
(9)	Dívida Total (artº 52) (6-7+8):	4.600.313,55 €

Ou seja, apesar do Balanço apresentar um Passivo total de 24,895 milhões de euros, quer a dívida exigível a 30/06/2023 quer o indicador de controle da dívida total para efeitos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, eram de 4,6 milhões de euros.